

Programa faz um ano sem cumprir metas

Maioria das 169 propostas não saiu do papel, mas PNDH serviu para a discussão do tema

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — Criado após duas tragédias — a morte de 12 pessoas em Corumbiara (RO) e de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) —, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) completa hoje um ano sem ter cumprido a maioria das suas 169 propostas de curto prazo. Apesar de não ter atendido às expectativas, o PNDH conseguiu unir a sociedade civil e o governo em um ponto: nunca se discutiu tanto os direitos humanos no Brasil como agora.

O primeiro ano do programa está sendo discutido na 2ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, organizado por várias entidades da sociedade e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. “O programa é legítimo tanto por traduzir os anseios de demandas da sociedade, pelo método democrático com que foi construído, quanto por ter estabelecido um compromisso em torno de valores universais”, elogia o presidente da Comissão da Câmara, deputado Pedro Wilson (PT-GO).

Apesar disso, o deputado diz que a maioria das propostas cumpridas no primeiro ano é resultado de vários episódios ocorridos no período. “Mais do que o PNDH, a comoção e a indignação da opinião pública diante de massacres e atos de barbarismo tiraram os projetos das gavetas para os colocarem na ordem do dia”, afirma Pedro Wilson.

No primeiro aniversário do PNDH, pelo menos três fatos emocionaram a população brasileira. As cenas de violência de policiais militares contra moradores em Diadema e Cidade de Deus, a morte de dezenas de pessoas em uma clínica de hemodiálise, em Caruaru (PE) e a morte do índio pataxó Galdino Jesus de Santos, queimado por jovens de Brasília.

“Nunca no Brasil se deu *status* de política governamental à questão dos direitos humanos como estamos fazendo”, diz o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori. “Esta é uma proposta para ser cumprida não em apenas um ano, mas em todo o governo.”

Segundo Gregori, as questões regionais muitas vezes não podem ser resolvidas pelo governo, como são os casos ocorridos no primeiro ano do programa. “Existe o princípio federativo”, observa.

Mesmo assim, conforme ele, o governo procura interferir indiretamente em alguns casos, evitando sempre ferir a Constituição. Ele cita o episódio de Eldorado do Carajás, cujo processo estava parado e foi novamente acionado após uma visita



Pedro Wilson e o índio Celestino Xavante: conferência debate PNDH



PMs alagoanos no auditório: para debatedores, plano é avanço

do ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, ao Estado no início do ano.

“Os Estados não podem mais se omitir”, afirma o professor Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos Contra a Violência da Universidade de São Paulo (USP) e um dos autores do programa. “Poucos Estados, como São Paulo, deram um passo adiante nesta questão dos direitos humanos.”

Segundo Pinheiro, todo o peso das questões regionais é transferido para o presidente da República, mas também deveria ser repartido com os Poderes Judiciário e Legislativo.

Para o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), um dos criadores da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, falta vontade política ao governo para avançar na execução do

programa. “Na própria reforma administrativa, não se discutiu, por exemplo, mais recursos para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) saísse de seu estágio atual.”

Apesar das críticas, ele concorda que o PNDH é um avanço, assim como a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. “Colocaram uma pessoa da melhor qualidade, que é José Gregori, mas lhe faltam pessoal e estrutura.”

Hoje o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, instala a comissão especial criada pelo governo para avaliar o modelo atual das Polícias Militares. A primeira proposta a ser analisada será a do governador de São Paulo, Mário Covas, que sugeriu que o policiamento ostensivo seja transferido da Polícia Militar para a Civil.

COMOÇÃO DA POPULAÇÃO MOTIVA AÇÃO DO GOVERNO

PROPOSTAS

Confira o que foi e o que não foi cumprido do Plano Nacional de Direitos Humanos

FORAM CUMPRIDAS

- ✓ Transferência para a Justiça comum de todos os crimes cometidos por policiais militares, com exceção dos de formação de quadrilha e extorsão.
- ✓ Lei tornando crime o porte ilegal de armas e a criação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).
- ✓ Criação de lei que tipifica o crime de tortura.
- ✓ Sancionada lei que estabelece o Registro de Identidade Civil e Cadastro Nacional de Registro de Identidade Civil.
- ✓ Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.
- ✓ Elaboração de Mapas da Violência de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Estão sendo concluídos os de Salvador e Recife.
- ✓ Criação, em convênio com o movimento Viva Rio, de Balcões de Direito, para prestar serviços gratuitos de assessoria jurídica.
- ✓ Assinatura de convênios com diversos Estados para ajudar na proteção de testemunhas.
- ✓ Realização de cursos — em convênio com entidades nacionais e internacionais — sobre direitos humanos para policiais militares.
- ✓ Instituição de bolsas de educação para erradicar o trabalho infantil e a exploração sexual infanto-juvenil.
- ✓ Lançamento do Programa de Ação Nacional Antidrogas (Panad).
- ✓ Captura do fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira, matadores de Chico Mendes.
- ✓ Criação de Conselhos Regionais de Segurança.
- ✓ Operação de desarmamento no sul do Pará.

EM CURSO

- ✓ Tramita no Congresso projeto que transfere para a Justiça Federal crimes praticados contra os direitos humanos.
- ✓ A proposta de criação do novo Código Nacional de Trânsito ainda tramita em uma comissão especial da Câmara dos Deputados.
- ✓ Projeto de alteração da Lei Penal, instituindo penas alternativas, ainda está para ser votado no Congresso.
- ✓ A proposta de emenda constitucional que obriga os Estados a investirem 10% de sua arrecadação em saúde ainda não foi aprovada.
- ✓ Instalação dos Conselhos Regionais de Direitos Humanos.

FALTA SER CUMPRIDO

- ✓ Criação do Serviço Civil constituído por jovens dispensados do Serviço Militar Obrigatório para atuar como agentes de cidadania.
- ✓ Desenvolvimento de uma campanha nacional sobre direitos humanos.
- ✓ Falta de incentivo aos governos estaduais para desenvolverem políticas de direitos humanos.
- ✓ Política de valorização da população indígena e demarcação de suas terras.
- ✓ Transformação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em Conselho Nacional de Direitos Humanos.
- ✓ Elaboração de mapas da violência rural para identificar os conflitos agrários.
- ✓ Aprovação no Congresso do novo Estatuto do Índio.

OPINIÕES

Fernando Henrique Cardoso — “No alvorecer do século 21, direitos humanos são o equivalente do grito de ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’, da Revolução Francesa, que criou os fundamentos da moderna democracia em meio a imensas dificuldades. Hoje, uma política de direitos humanos, que garanta o direito à vida, à educação, à saúde, ao bem-estar e também à segurança da sociedade, é um desafio para todas as forças políticas empenhadas no aperfeiçoamento da democracia. Não podemos fugir desse desafio sob pena de sermos ultrapassados pela desagregação social ou por uma alternativa autoritária.”

Anistia Internacional — “O primeiro aniversário do lançamento do PNDH é uma oportunidade importante para que se avalie o progresso alcançado e se aprofunde o debate público sobre a promoção do respeito pelos direitos humanos no Brasil. O programa ainda sofre a falta de metas bem definidas e uma calendarização da ação. A complexidade da ação federal, estadual e municipal, com a plena participação de todos os escalões dos governos, de ONGs e da sociedade civil, requer a definição de objetivos e a alocação de responsabilidades.”

Pedro Wilson (presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara) — “Embora reconheça-se que as ações do programa correspondem às bandeiras, reivindicações e demandas da sociedade, a análise das ações demonstra que a grande maioria dos seus itens constitui expressão de apoio, recomendações ou incentivo. Pode-se afirmar que a característica fundamental do PNDH é seu caráter retórico. A instituição do PNDH é iniciativa de indiscutível relevância para a sociedade brasileira, mas faltam diagnósticos dos temas tratados, avaliação dos recursos humanos e definição das ações.”

Hélio Bicudo (jurista e deputado federal) — “Muito se tem dito que o PNDH não passa de um conjunto de intenções. Em primeiro lugar, quero afirmar o quanto tem o plano de emblemático, pondo por terra qualificações menores ainda persistentes na mente daqueles que desejam construir uma nação para sua própria e exclusiva fruição. Depois, um plano não se esgota tão somente com a atuação de um dos poderes da República. Ele traça uma linha de conduta mais abrangente, pois depende, para a concretização, da colaboração do Legislativo, do Judiciário e, sobretudo, da sociedade civil.”